

PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: TESSITURAS EPISTEMOLÓGICAS DO TURISMO E SUAS ENCRUZILHADAS

To Postpone the End of the World:
Epistemological Textures of Tourism and its Crossroads

MARUTSCHKA MARTINI MOESCH¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo a discussão de um processo ecossistêmico para apreensão do Turismo como um campo transdisciplinar, que permita que, na trama do território e da cultura funde uma epistemologia social, cujo objeto e método necessitam de novos olhares. Para tecer a complexidade desse processo auto-eco-organizador foram operacionalizadas as categorias operatórias <território>, <região>, <renda monopolista>, <poder simbólico>, as quais estruturam o campo cultural, antropológico, espacial e econômico do ecossistema construído. O enlaçamento, entre a Teoria dos Campos, de Bourdieu, a Teoria da Complexidade, de Morin, e a categoria operatória <renda monopolista>, de David Harvey, ocasionou a ruptura epistemológica diante da postura morfológica adotada para a reconstrução de um <modelo explicativo>, evoluindo para uma reconstrução enquanto processo ecossistêmico do Turismo. A busca de concretude histórica ao processo modelo teórico-metodológico reconstruído estruturou-se nas relações sócio-históricas de um território específico, a Região dos Vinhedos [Rio Grande do Sul, Brasil], por se tratar de uma prática socioeconômica em rede de cooperação, demanda que prevê a organicidade proposta pelo ecossistema turístico de Beni e Moesch (2015), ponto de partida de desconstrução-reconstrução do objeto de investigação. A tradução da experiência (o fazer-saber) para o patamar de objeto a ser conhecido (teoria da ação) se fez pelas categorias operatórias <campo>, <habitus>, <poder simbólico>, conforme Bourdieu. A investigação realizada evidenciou uma delimitação de espaço (região) tecida por uma rede de cooperação socioeconômicas, localista, conseqüentemente social, que permitiu a retomada e o estabelecimento de uma transposição do campo cultural, onde relações de poder simbólico estão expressas pela forma de ser, entendida como italianidade, e a valorização da terra, seja na forma de denominação de origem [DO] para a viticultura do Vale dos Vinhedos, ou, em empreendedorismos que expressam o valor do trabalho dos seus ancestrais, na marca simbólica destes pequenos negócios, a partir das pulsações criativas dos sujeitos atores de novos processos socioeconômicos estabelecidos em territórios embrenhados de memórias afetivas e identidades reconstruídas, que por parte de seus atores resistem a sedução do lucro fácil nos moldes do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Epistemologia; Processo Ecossistêmico; Teoria da Ação; Vale dos Vinhedos, Brasil.

¹Marutschka Martini Moesch – Doutora em Comunicação Social. Professora na Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4591055346328481>. E-mail: marumoesch@unb.br

ABSTRACT

The paper aims to discuss an ecosystemic process for apprehending Tourism as a transdisciplinary field, which allows that, in the fabric of territory and culture merges a social epistemology, whose object and method need new perspectives. To weave the complexity of this self-eco-organizing process, the operative categories <territory>, <region>, <monopoly income>, and <symbolic power> were operationalized, which structure the cultural, anthropological, spatial, and economic field of the built ecosystem. The intertwining between Bourdieu's Theory of Fields, Morin's Complexity Theory, and David Harvey's operative category <monopoly rent> occasioned the epistemological rupture in the morphological standpoint adopted for reconstructing an <explanatory model>, evolving towards a reconstruction as an ecosystemic process of Tourism. The search for historical concreteness to the rebuilt theoretical-methodological model process was structured in the socio-historical relations of a specific territory, the Região dos Vinhedos [Rio Grande do Sul, Brazil], because it is a socioeconomic practice in a cooperation network, a demand that pictures the organicity proposed by the tourism ecosystem of Beni and Moesch (2015), starting point of deconstruction-reconstruction of the object of investigation. The translation of the experience [the doing-knowing] to the level of the object to be known [theory of action] was made by the operative categories <field>, <habitus>, and <symbolic power>, according to Bourdieu. This investigation showed a delimitation of space (region) woven by a socioeconomic cooperation network, localist, and consequently social, that allowed the resumption and the establishment of a transposition of the cultural field, where symbolic power relations are expressed by way of being, understood as Italianness, and the valorization of the land, either in the Denomination of Origin [DO] form for the Vale dos Vinhedos viticulture, or, in entrepreneurship that expresses the value of the work of their ancestors, in the symbolic brand of these small businesses, from the creative drive of the actors of new socioeconomic processes established in territories embedded with affective memories and reconstructed identities, which on the part of its actors resist the seduction of easy profit in the molds of neoliberalism.

KEYWORDS^[1]_{SÉP}

Tourism; Epistemology; EcosystemProcess; TheoryofAction; Vale dos Vinhedos, Brazil.

TRILHA INTRODUTÓRIA: DO MODELO AO PROCESSO ECOSISTÊMICO DO TURISMO

Um ecossistema é uma estrutura estruturante, composta por redes de conexão sejam elas no campo da comunicação, das relações sociais, da infraestrutura, das trocas monetárias como, também, do território e da memória ali estabelecida e tramada. O objetivo deste ensaio, a partir da Teoria de Sistema Turístico [SISTUR] como proposta por Beni (1983) e de sua reformulação como Ecossistema Turístico apresentada por Beni e Moesch (2015, 2017), é de sua reconstrução como **processo** ecossistêmico do turismo, avançando o polo morfológico que o propunha como um **modelo**. Na busca de uma abordagem teórico-metodológica

estruturante do fenômeno Turismo, que dê conta de sua dinamicidade e historicidade, portanto, da organicidade do processo turístico que ocorre nos territórios.

Para alcance do objetivo foi somada para a tessitura desta reflexão, a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu (2004, 2011, 2016). A problematização geradora do incômodo teórico-metodológico tem sua gênese nas incertezas advindas da Teoria da Complexidade (Morin, 2001, 2002, 2007), que propiciou o questionamento sobre o modelo do SISTUR em 1983, possibilitando a modelagem do Ecosistema Turístico em 2015. Entende-se o Ecosistema Turístico como um processo vivo, orgânico e histórico, a partir das relações de poder que se estabelecem no território onde se desenvolva. A evolução, aqui entendida como re-volução do modo de apreender o objeto do Turismo, avança quando o paradigma do sistemismo se torna insuficiente para explicar as experiências de planejamento e políticas públicas a ele associadas, nem sempre sustentáveis, evolutivas, emancipadoras e integradoras nos territórios e comunidades onde sejam implantadas.

A Teoria da Complexidade (Morin, 2007) propõem que a sociedade seja entendida como uma unidade complexa, aberta, autoprodutora de seus elementos constituintes e de suas formas, como também auto-eco-organizadora. Para tal, o objeto de conhecimento aqui posto – o Ecosistema Turístico – não pode ser reproduzido como um mero espelhamento da realidade, estático; ou seja, como um modelo fixo a exemplo daqueles propostos nas décadas de 1970-1980. Tais modelos do século passado supunham como concepção uma realidade fixa, ‘dada’, ao descrevera ordem e hierarquia do sistema turístico a fim de planejá-lo com vistas a uma regulação social, tendo como fim único o *desenvolvimento econômico das localidades*, sem espaço para incertezas no seu horizonte. Entendia-se que as localidades seriam receptáculos *neutros* para ações de políticas públicas e do seu conseqüente planejamento e *ordenamento-desordenamento*. Esses modelos estabeleciam isomorfismos e analogias estruturais por meio de análise formal de diferentes fenômenos, desconsiderando suas diferenças estruturais, ontológicas e históricas marcadas nos territórios pelas memórias existentes, não raro com intensos conflitos.

A construção teórico-metodológica se propõe interdisciplinar e transdisciplinares, não devendo operar pela homogeneização ou imperialismo epistemológico. O entendimento epistemológico aqui proposto impõe nova *formologia* para reconstrução do Modelo Ecosistêmico do Turismo, nas partes constituintes de sua totalidade. Partes, até então, denominadas como objetos objeto social, objeto econômico, objeto ambiental, objeto cultural.

A ruptura epistemológica em relação à postura morfológica adotada no início desta investigação, que visava a reconstrução de um *modelo explicativo*, evoluiu para reconstrução enquanto **Processo** Ecosistêmico do Turismo. Um processo ecossistêmico que abandonasse a ideia inicial de reconstrução de um *modelo*, o qual buscava descrever a ordem e a hierarquia do sistema turístico, a fim de planejá-lo para uma regulação social. Um fim único, o cluster turístico. Esse objetivo foi superado pela construção teórico-metodológica que busca abarcar toda a organicidade de um **Processo Ecosistêmico do Turismo**, cujas práticas são sociais, culturais, econômicas, políticas, antropológicas, entre outras, em constante movimento, auto-eco-organizado, cuja trajetória nem sempre é linear, mas repleta de uma histórica contraditória, incompleta e incerta.

O motivo da tomada de tal postura epistemológica sobre a concepção do objeto da pesquisa como **processo**— e não como **modelo**—, ocorre ao trilhar as teorias críticas sobre uma Epistemologia do Sul, a partir de Dos Santos(2007), somadas à categoria de relações ecológicas de Capra(1997), a Teoria Autopoiética de Maturana e Varela (1997) e a Teoria da Complexidade de Morin (2007), tecendo uma teoria social na qual a postura da pesquisadora é questionada como forma de objetividade do seu trabalho e de produção de sentido. Entende-se aqui **processo** como sequência de acontecimentos em contínua mutação, unidos por redes de relações, caracterizados pelos valores tomados por um conjunto de eventos cujos valores mudam com o tempo, com continuidades, conflitos e rupturas nas relações de poder, na organização social e familiar, na percepção do tempo e do espaço, e da própria visão de mundo.

A rede de um processo social é constituída por diferentes tipos de fluxos caracterizados por diversos tipos de conexões que garantam seu dinamismo intrínseco. Ao apreender o Ecosistema do Turismo como um sistema vivo, visto tratar-se de uma prática social, indica-se a quantidade de interações, interferências ou informações que surgem entre seu grande número de unidades (Morin,2007), nesse estudo capturadas como *campos*, a partir de Bourdieu (2011a). Seja qual for o território desse ecossistema, ele estará auto-eco-organizado na forma de rede e processando-se com base na dinâmica dos fenômenos constituintes de sua totalidade sistêmica, mas também por aspectos como incerteza, indeterminismo e acaso, pois a complexidade surge da intersecção ordem-e-desordem, constituinte da realidade (Morin, 2001).

A busca de evidências empíricas para melhor explicitação das estruturas estruturantes do processo ecossistêmico estudado, tem como eixo o território e o campo histórico-cultural, em que se estabelece a dinâmica de fluxos e fixos turísticos, no caso aqui proposto, pelo enoturismo. A escolha do território região Vale dos Vinhedos [Rio Grande do Sul, Brasil] para realização de uma análise do que possa ser tratado como um simulacro do Processo do Ecossistema Turístico deu-se em virtude do conhecimento sobre a dinâmica territorial ali ocorrida ao longo dos últimos 50 anos, onde o turismo vem sendo utilizado como estratégia de revitalização espacial e econômica, pelo seu *localismo* somado à memória do território ali constituída. Ambos semantizados pela italianidade como poder simbólico e pela vitivinicultura, as externalizações estabelecidas a partir da denominação de origem [D.O] recolocando a região numa dinâmica econômica de renda monopolista, com as determinações do capitalismo global abrindo-se a novos fluxos turísticos.

TRILHAS ESTRUTURANTES: AS CATEGORIAS OPERATÓRIAS COMO PROCESSO DO ECOSSISTEMA TURÍSTICO

A grande crítica ao empirismo e à falta de rigor metodológico de linhas tradicionais do Turismo, deu-se, basicamente, pelo ‘racionalismo’ pretendido por autores como Fuster (1974), Jafari (1994) e Tribe (1997). Apesar da inegável importância didática dos seus artigos, de grande difusão no ensino introdutório às Teorias do Turismo, há uma descrição determinista na busca de uma validade, independentemente da realidade concreta geradora de ambiguidades sobre a objetividade desejada. A lógica fundamentada na idealização [subjéctiva] destes teóricos naturalizou a identidade do que era o Sistema do Turismo, a qual seria uma lógica da forma, da identidade [não contraditória] e da ‘simples’ aparência do objeto, de sequência a um determinismo mecanicista; segundo Santos (2002): “O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de dominá-lo e transformar”(p. 17).

Propositura que reafirma a continuidade de uma postura epistemológica em que as teorias do Turismo requerem questionamentos sistemáticos de tudo que envolve o seu fazer-saber e seu saber-fazer, o qual é e será, objeto de desconstrução permanente. Esse pressuposto aponta uma virtude, tipicamente metodológica do conhecimento dialético diante do fenômeno do Turismo, ao entendê-lo como dinâmico, vivo, orgânico, sempre em mutação. Persegue a trilha

da re-construção, superação, re-volução [revolver] das teorias. Teorizações que dêem conta das práticas turísticas, uma conquista transdisciplinar, em que a cada momento, simultaneamente, é produzido o conhecimento e o produtor deste conhecimento, numa recursão organizacional, na qual a parte está no todo e o todo está na parte, “porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento dos fatos ou conjunto de fatos da realidade vem a ser o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real” (Kosik, 1976, p. 41).

Na busca por romper com as dualidades do conhecimento torna-se extremamente atual a reflexão sobre o racionalismo que teria fundamentado a Modernidade e a crise ético-social e epistemológica contemporânea. Cabe colocar a compreensão de epistemologia como possibilitadora das condições de objetividade do conhecimento científico, dos modos de observação e de experimentação que examinam as relações que as ciências estabelecem entre os fatos, para proporcionar os pressupostos gerais em que se apoiaria a criação de teorias particulares, como as Teorias do Turismo. A transformação do Turismo, sem sua devida compreensão, está levando a situações de desastre por suas diferentes práticas. Tal fragmentação leva a outra questão: como gerar sentido a partir disso? É quase impossível, na contemporaneidade, uma Teoria Geral do Turismo bem como uma Epistemologia Geral. Não sendo possível uma Teoria Geral do Turismo, como produzir sentido ao que está sendo teorizado?

O semelhante é ponto de partida, não de chegada, razão do limite dos modelos representativos. Há representação do real nos termos em que a realidade se opõe, mas não se apresenta uma maneira imediata de conhecer a realidade e, por isso, somos sempre construtivistas. No processo de interação de uns aos outros, entre o mundo objetivo e subjetivo, manifestam-se fenômenos da realidade, caracterizados como corpos isolados. Mas estes, em determinadas circunstâncias, tangenciam uns aos outros, resultando um estado de correlação e interdependência universais. Ambas são formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do sujeito cognoscente com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento, que são as categorias operatórias: “O conteúdo mesmo das categorias muda e se enriquece com os progressos do conhecimento” (Triviños, 1987, p. 55).

Os limites das concepções modelos, o SISTUR por exemplo, se estabelece por ser uma tentativa de cópia a qual é produção de ‘modelos ícones’, de ‘imagens’ ‘semelhantes’ à realidade. Já o

simulacro é produção do ‘modelo fantasia’, isto é, de imagens profundamente dessemelhantes à realidade apreendida no início; não se trata de uma cópia degradada, as contém um poder positivo que nega original e sua cópia, o modelo e sua reprodução. Mas será a abordagem axiomática que instaurará este regime de construção das significações. A cópia acompanha a abordagem simbolizante: por símbolos ou arquétipos que são conjuntos concretos de significação sobredeterminada, remetem a um sentido, a uma semântica subjacente e só são a chave de um método se conseguem definir um campo de sentido preciso. O simulacro acompanha uma abordagem formalizante: não há preocupação com o conteúdo significativo, há o esforço de formar uma linguagem que suas próprias regras desenvolvem, definem-se um código sinalético e regras de formação sintética que não tem nenhuma semântica subjacente, para Bryne (1987) e Santos (2007)

A diversidade das práticas do Turismo no mundo é inesgotável, não há Teoria Geral do Turismo que possa organizar toda essa diversidade, mas há a necessidade de uma Epistemologia Social do Turismo. Para Santos (2007) é necessário um *procedimento de tradução*, que deve traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, para buscar inteligibilidade sem *canibalização*, ou colonialismos teóricos-metodológicos, que levam a homogeneização. Tentar de saber o que há de comum entre esses movimentos, criar inteligibilidade sem destruir a diversidade como uma postura necessária para um rompimento com uma leitura linear das práticas sociais.

Essa reflexão faz sentido no campo dos estudos teóricos do Turismo, pois o discurso sobre o Sistema Turístico é linear, servindo para qualquer território, como modelo a ser transplantado, o que não traduz as incertezas e contradições de um futuro incerto do Planeta, no qual o Turismo é parte. Portanto, mesmo uma Teoria Geral do Turismo e um Modelo Ecológico não dão conta de abordar toda a organicidade e diversidade das diferentes realidades onde são tecidas as práticas turísticas, mais um argumento para adotar a concepção estruturante de um *processo ecossistêmico do turismo para a compreensão da complexidade deste fenômeno social*.

Partindo do pressuposto de que sempre haverá incertezas e incompletudes nas narrativas explicativas da realidade vivida (Santos, 2007), é preciso fazer um movimento de tradução, criar *procedimentos de tradução*, nos quais a experiência passe a ser produtora de conhecimento, até então invisível, por despojado de ‘objetividade’ Entender o conhecimento também como um processo intercultural, intersocial e transdisciplinar complexiza as

experiências possibilitando transformá-las em reflexões teóricas que estruturam uma teoria social do Turismo.

TRILHAS METODOLÓGICAS - A TEORIA DOS CAMPOS NA RECONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DAS EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS

A construção teórico-metodológica delineada para a reconstrução de sentido do Turismo no recorte espacial da Região dos Vinhedos, localizada no Rio Grande do Sul [Brasil], procura aproximar as noções de < sistema simbólico >, < campo > e < habitus > em Pierre Bourdieu (1983, 1989, 2003) em uma trama de construção de sentido para um ecossistema turístico como processo orgânico. Parte-se do pressuposto de que o método não é constituído por modelos fechados e reproduzíveis, mas que seria um percurso construído em simultâneo com o próprio desencadear da pesquisa, atendendo ao que Bourdieu (1989) apresenta como o desafio de “converter problemas muito abstratos em operações científicas muito práticas” (p. 20), pensando-os na sua complexidade, pois, para o teórico, “o real é relacional” (p. 28). No presente caso, busca-se o relacional na aproximação das vertentes teóricas aqui trabalhadas

Para Bourdieu (1989), as *formas simbólicas* – ciência, arte, religião, língua, mito e, acrescentar-se-ia, o turismo – seriam *estruturas estruturantes* a alimentar *sistemas simbólicos*. O sistema simbólico em Bourdieu, segundo Miceli (*in* Bourdieu, 2003, p. XV), teria uma lógica própria, ou seja, funcionaria como texto. A produção simbólica, por sua vez, seria um microcosmo da luta simbólica entre classes e, quando e se alcançada a sua *autonomização*, passaria a se constituir como um *campo*, ou seja, um campo de produção como espaço social de relações objetivas. Mais especificamente, entenda-se *campo* como o “espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social, o *quantum* entendido como capital social” (Ortiz *in* Bourdieu, 1983, p. 21). Falar em autonomia deste campo “implica a existência de uma relativa independência dos campos em relação às transformações políticas e econômicas que ocorrem na sociedade” (p. 27).

Estas relações objetivas registrar-se-iam na forma de *habitus*, ou seja,

[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível ações, a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às

correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados (Miceli *in* Bourdieu, 2003, p. XLI).

Para Miceli, ainda, o *habitus* funcionaria como um “princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relação, as estruturas objetivas e as práticas” (p. XLI). Seria, ainda, “um terreno comum em meio ao qual se desenvolvem os empreendimentos de mobilização coletiva”(p. XLII) e responsável, “em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força”(p. XLII). “Com efeito, o *habitus* constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas” (p. XLI). Os sistemas simbólicos – constituídos em campos, produzindo e reproduzindo *habitus* – teriam nos discursos os seus campos de força, embora a força de comunicação destes mesmo discursos “nunca está inteiramente no discurso [...],mas nas condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores e da relação entre eles [...]” (Bourdieu, 1983, p. 162)

A Teoria dos Campos, de Bourdieu (2011,a), reconstruída como uma trilha transdisciplinar soma epistemologicamente o entendimento do Turismo como um processo ecossistêmico, ou seja, uma unidade complexa que se articula, organizacionalmente, em diferentes campos que ocupam um determinado lugar em um território. O Turismo por ser um ecossistema organismo vivo, no tempo e no espaço, sua estrutura pressupõe a existência de relações de interdependência entre os seus campos constituintes e a existência de propriedades comuns compartilhadas, no caso o *habitus* inserido nos eventos dos espaços ao longo de sua historicidade. O processo ecossistêmico do Turismo será apreendido como objeto de conhecimento - aqui se encontra a novidade desta análise- , a partir das categorias operatórias de <campo>, <poder simbólico> e <habitus>, teorias que foram concebidas para se manter o caminho correto como uma teoria da prática, construindo o processo de tradução da experiência do enoturismo no Vale dos Vinhedos, estudo empírico aqui investigado.

O primeiro desafio epistemológico é o de enfrentar o desperdício de experiências sociais que é o mundo: o Turismo, nos territórios sendo um exemplo desta experiência social. Como enfrentar esse problema diante das condições objetivas tão poderosas - turismo determinado como mercadoria, territórios como determinação geopolítica, culturas locais como insumo do consumo global? Como transformar essas concepções ossificadas do que vem a ser o Turismo? Como criar relações ecossistêmicas no todo, quando cada parte está atravessada pela concepção mercadoria? Ocorre essa possibilidade mais cooperativada na região do Vale dos

Vinhedos, estudo de caso destas experiências? Há possibilidades da existência de sujeitos históricos, criando outras maneiras de entender a parte e o todo, articulando o fazer-saber, as práticas sustentáveis, as ações coletivas, na construção de um conhecimento popular/campestino somado ao conhecimento emancipatório? Questionamentos pertinentes quando da busca da essência de social como o Turismo.

A escolha do objeto do Turismo como uma prática social, na reorientação do olhar para o que seja um fenômeno social, em sua produção simbólica e nas relações informais de poder, busca formas de controle sobre a produção de sentido do trabalho do pesquisador (Bourdieu, 2011b). Não se trata de negar, evidentemente, a determinação específica exercida pelo espaço dos possíveis, já que uma das funções da noção de campo relativamente autônomo, dotado de uma história própria, é dar conta disso; entretanto, não é possível tratar a ordem cultural, a episteme, como um sistema totalmente autônomo: quanto mais não seja, porque assim ficamos impedidos de dar conta das mudanças que ocorrem nesse universo separado, "a menos que lhe atribuamos uma propensão imanente a se transformar, como em Hegel, por uma forma misteriosa de *Selbstwegung* [essencialismo]" (Bourdieu, 1996, p. 57).

A experiência social com raízes territoriais e histórico-culturais desperdiçadas como objeto de estudo pelas Ciências Sociais hegemônicas, - a exemplo da Região dos Vinhedos-RS - aqui apreendido como um espaço social globalizado, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças estabelecido, contribuindo assim para a conservação ou a transformação da sua estrutura (Bourdieu, 1996). Os estudos teórico-metodológicos permitiram construir um simulacro da relação processual dos campos de um ecossistema do Turismo, identificando a partir da Teoria dos Campos, os conteúdos instituídos pelo *habitus* da experiência do enoturismo no Vale dos Vinhedos, como demonstra a Figura 1.

Figura 1. Campos estruturantes do ecossistema do Turismo



Fonte: A autora (2018)

Cada campo é determinante e determinado, de forma recursiva, em um processo auto-eco-organizador: “Esse espaço de possíveis, que transcendem os agentes singulares, funciona como uma espécie de sistema comum de coordenadas que faz com que, mesmo que não se refiram uns aos outros, os criadores contemporâneos esteja, objetivamente situados uns em relação aos outros” (Bourdieu, 1996, p. 54).

Esta noção de campo turístico impõe regras de um jogo e desafios específicos irredutíveis às regras deste jogo globalizado, ou seja, as formas de produção e reprodução do capital pela renda monopolista – e a maneira como atuam estes grandes produtores de vinho – que nada tem a ver com a maneira como atuam os pequenos empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem seu negócio – diferentemente de um hoteleiro ou um agente de viagem receptivo. Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo a construção do Turismo como um ecossistema.

Entende-se que os atores sociais pertinentes ao território do ecossistema turístico estão inseridos especialmente em determinados campos sociais. A posse de grandezas de certos capitais: cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo, etc., e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, sua identificação com uma classe social. Para um ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar [jogar]. O que transborda

nas práticas de resistência de localismo de alguns empreendedores como Rodrigo Bellora, em seu espaço gastronômico Vale Rústico, diante da ordem global.

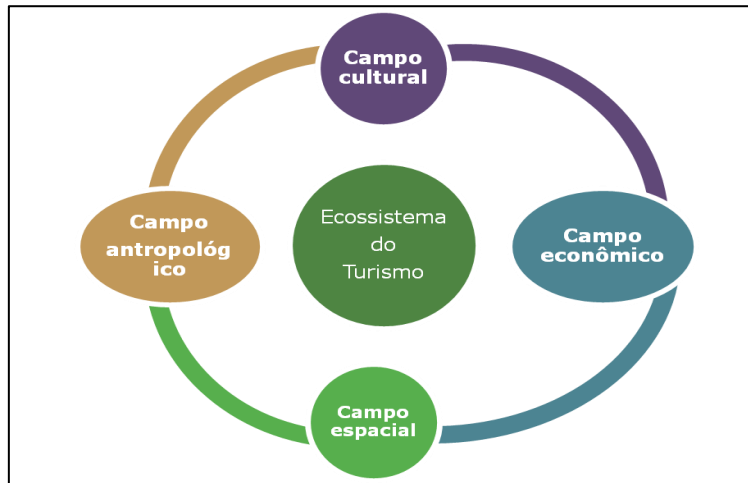
A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar- ou orientar- todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. (Bourdieu, 2011a, pp. 27-28).

É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico, campo da hospitalidade, entre outros, como espaços de relações objetivas entre posições- a exemplo do roteiro turístico massivo no consumo do local e o roteiro experiencial- quase customizado, do turismo humanizado - e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente e cada instituição/empresas em suas relações objetivas com todos os outros. Cria-se uma estética de acolhimento própria do território.

Os campos se caracterizam enquanto espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações. Dialeticamente, esses espaços ou estruturas, trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influências e, portanto, modificações em seus atores. Tal processo deve ser compreendido relacionalmente no conjunto social, pois diferentes campos interagem originando espaços sociais mais abrangentes, influenciando ou sendo influenciados ao mesmo tempo. O objeto do campo antropológico, econômico, espacial e cultural é continuação do sujeito por outros meios. No paradigma emergente, o caráter autobiográfico do conhecimento-emancipação é plenamente assumido: um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos une pessoalmente ao que estudamos e propomos como teoria da ação.

O processo de abstração construído para explicar as práticas culturais, antropológicas, econômicas, e espaciais do ecossistema turístico se constituem em um campo de ação, no jogo tensionado entre o local e o global, e vem a configurar uma região turística, conforme Figura 2:

Figura 2. Processo ecossistêmico e seus campos turísticos



Fonte: A autora (2018)

[...] o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele produz resposta esta que poderá orientar as estratégias de pesquisa que tem em vista estabelecer respostas de fato. (Bourdieu, 2011, p. 31)

O enquadramento teórico-metodológico de cada campo constituinte ao processo orgânico do ecossistema turístico, conforme Figura 2, se delinea como:

O **Campo Cultural** reconstruído pela categoria de *habitus*. O *habitus*, para Bourdieu (2011a) é entendido como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo.

O *habitus* da Região dos Vinhedos escreve a memória do território, marcada pelo *terroir* existente que somada à similaridade da ‘terra dos antepassados italianos’, recupera o sentimento de pertencimento a um lugar comum, que pela ética do trabalho [esta tecida diante das dificuldades para produzir devido ao terreno íngreme presente na região ao qual lhes fora definido pelo Estado brasileiro na história de sua ocupação durante a república velha] superou todos os desafios e estabeleceu uma cultura própria que valorizava os laços de cooperação, solidariedade, hoje atualizado como empreendedorismo. Ética calcada na construção de um lugar de pertencimento, cujo *habitus* se identifica pela italianidade na forma

de falar o dialeto Talian, de cultuar seus santos, de festejar a vindima, de reproduzir as relações familiares e de gênero, pelo orgulho de ser descendente de imigrantes que venceram a pobreza pelo trabalho árduo.

No campo cultural, o *habitus* exerce influência [e é influenciado] na organização dos bens culturais [postos à disposição do Turismo] e podem ser compreendidos em Beni (2001): acervo dos monumentos históricos e culturais, bem como o registro dos legados que expressam os valores da sociedade; os museus e as galerias de arte, que reúnem as várias modalidades de expressão artística [um arquivo das etapas do desenvolvimento de culturas]; a gastronomia em festivais locais, restaurantes temáticos, feiras populares e mercados públicos, entre outros. As vivências nos espaços públicos com arte de rua, feiras de artesanato, produções musicais, artistas de rua, somado ao uso das áreas verdes [parques, praças, reservas naturais], orlas marítima, lacustres e fluviais em seus equipamentos e esportes náuticos. As manifestações de um *habitus* construído pelos grupos sociais que ali registraram uma memória no território só pertencente aquele lugar.

O poder simbólico expresso pelo *habitus* reproduz o valor do saber tecnocrático e a tradição política que outorga a legitimidade de uns decidirem sobre o futuro da comunidade. A história individual converte-se numa certa especificação de história coletiva de seu grupo ou de sua classe, a ponto de até mesmo o estilo característico de uma época ou de uma classe, salvando-se dessa conformidade acachapante pela admissão de certa maneira indicativa de uma diferença pertinente. Assim, um campo é um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo o enoturismo.

O questionamento sobre o quanto este *habitus* da ética do trabalho que tece o campo cultural sofre rupturas diante do processo neoliberal em que está inserido o território, frente, por exemplo, às denúncias sobre o trabalho análogo à escravidão na região, flagrados no mês de fevereiro de 2023, quando mais de 200 trabalhadores sofriam agressões físicas e psicológicas, da empresa contratante Fenix, que prestava serviços para as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton – algumas das mais importantes produtoras de vinho da região, conforme notícias do site DW¹, afronta a defesa ancestral da cultura da ética pelo trabalho tão enobrecida na memória deste território.

O **Campo Econômico** foi construído por uma crítica a apreensão economicista determinada

pelo valor de mercado, relação oferta-demanda, numa visão de lucros, pois esta concepção não pode integrar em suas análises nenhuma das formas do interesse 'não econômico', como se não pudesse se apropriar do terreno objetivamente entregue a lógica impiedosa do interesse puro e simples. A categoria renda monopolista de Harvey (2001) foi basilar para sua tecitura.

O economicismo é uma forma de etnocentrismo: que trata as economias pré-capitalistas, segundo expressão de Marx, que, sendo um produto histórico do capitalismo, submetem seu objeto a uma transformação radical semelhante à transformação histórica da qual se originam. Assim, porque não conhece outra espécie de interesse a não ser aquele que o capitalismo produziu, por uma espécie de operação real de abstração, ao instaurar um universo de relações fundadas no frio pagamento em dinheiro, e de modo mais geral ao favorecer a constituição de campos relativamente autônomos, isto é, capazes de colocar sua própria axiomática [pela tautologia originária, 'negócios são negócios', na qual se funda a economia], o economicismo não pode integrar em suas análises e menos ainda em seus cálculos nenhuma das formas de interesse 'não econômico' (Harvey, 2005).

O campo econômico assemelha-se à própria ideia de capital que temos no mundo capitalista. Este é constituído pelos meios de produção como, por exemplo, terra, indústrias e trabalho e, pelos recursos econômicos, como renda, patrimônio, bens materiais. Cabe o estudo dos processos socioeconômicos locais que se beneficiaram pelo turismo [global] produzidos em cada território, mas que, hoje, representam uma alternativa ecossistêmica [campos], em que a construção de cluster tem princípios éticos, de solidariedade, de valorização/re-ligação com o tradicional: memórias de um território e que são peculiares de cada região.

No caso do ecossistema turístico, o proveito é diretamente da terra ou do recurso, a exemplo do espaço territorial das praias, ilhas as quais são vendidas para empresas multinacionais com fins especulativos, processo muito conhecido no Nordeste do Brasil, quando da especulação imobiliária junto às terras que possuem acesso às praias para a instalação de hotéis de luxo. A escassez se cria pela retenção do recurso para o uso presente, especulando-se sobre valores futuros, pois é a singularidade do terreno que, nesse caso, formam a base para o preço monopolista. A ótica de relações cooperativas a disponibilização de construção de redes de economia solidária a partir do sistema local, produtivo potencializando o desenvolvimento dos territórios de forma endógena, passa a ser uma possibilidade para o crescimento econômico das localidades turísticas quando apreendidas como um ecossistema.

Em termos econômicos, para Beni (2001), o Turismo consiste em demanda e oferta de serviços e, se pode esperar, que ele venha a prover o público consumidor de alguns bens e serviços requeridos, contribuindo decisivamente para satisfazer as necessidades de consumo da população e melhorando seu nível de vida. Ao mesmo tempo, por via de consequência, gera emprego, proporciona rendas e um ciclo virtuoso de desenvolvimento humano com crescimento econômico. Propondo formação profissional e carreiras para jovens e adultos, como possibilidades de empreendedorismo. Cabe ressaltar que esse processo é recheado de contradições e insucessos, muito derivado do próprio modelo globalizante do capitalismo, em que o Turismo passou a ser uma nova forma de colonialismo, um neo-colonialismo. A categoria renda monopolista e uma abstração advinda da linguagem da economia política, o termo possui um poder multiplicador muito maior: se elaborado adequadamente, pode propiciar interpretações valiosas sobre muitos dilemas práticos e pessoais resultantes do nexo globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos (Harvey, 2005).

A evolução da vitivinicultura no Estado do Rio Grande do Sul e na Região da Serra Gaúcha, em geral, e no Vale dos Vinhedos, em particular, está diretamente ligada à cultura do imigrante italiano, que trouxe mudas de videiras quando para cá vieram, muitas não vingaram, mas devido a sua insistência uma importante variedade no contexto de sua identidade floresceu a Moscato.

Há duas situações que a categoria renda monopolista alcança o primeiro plano. A primeira situação surge quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local. No domínio da produção, Marx afirma que o exemplo mais óbvio é o vinhedo que produz vinho de elevada qualidade, que pode ser vendido por preço monopolista. Nessa circunstância, o preço monopolista cria renda.

A versão localizacional seria a centralidade [para o capitalista comercial] em relação, por exemplo, à rede de transportes e comunicação, ou a proximidade [para a cadeia hoteleira] de uma atividade muito concentrada [como um *terroir viniculs*]. O capitalista comercial e o hoteleiro se dispõem pagar um ágio pelo terreno, por causa de sua acessibilidade, o que se indica como casos indiretos de renda monopolista. Não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou o serviço produzido por meio de

seu uso. Os vinhedos, somados a sua qualidade de dominação de origem, geram uma renda monopolista para o ecossistema turístico regional. No caso, o proveito é diretamente da terra ou do recurso como quando as vinhas são vendidas para o capitalista e financistas de multinacionais com fins especulativos. Processo já em andamento na Região dos Vinhedos quando da especulação imobiliária junto às terras que possuem vinhas, para a instalação de condomínios de luxo. A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para o uso presente, especulando-se sobre valores futuros, pois é a singularidade do terreno que, nesse caso, forma a base para o preço monopolista.

A entrada de grandes grupos com capital globalizado não podem estar rasgando esse tecido social regional construído pelo próprio modelo da vitivinicultura/enoturismo, demonstrado pela entrada de capital estrangeiro na compra de vinícolas, por exemplo? A homogeneidade insípida provocada pela transformação pura em *commodities* suprime as vantagens monopolistas, muito própria a lógica do mercado global em relação ao enoturismo. Para a renda monopolista se materializar é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, frequentemente, muito competitiva.

Para Harvey (2005), o resultado é uma aliança regional de classes, que, normalmente, estabelece-se sobre o aparelho do poder estatal, compromete-se com o fomento comunitário e luta pela solidariedade comunitária ou nacional como meio de promover e defender uma amálgama de diversas classes e interesses faccionários em um território. A competição espacial entre localidades, cidades, regiões e países assume novo significado quando cada aliança regional procura capturar e reter benefícios na competição com os outros. Os processos globais de luta de classes parecem se dissolver diante dos olhos em diversos conflitos interterritoriais.

A estabilidade de toda aliança regional de classes fica abalada pela acumulação e a superacumulação, a luta de classes e a mudança tecnológica provocam a ruptura, e transforma as alianças regionais praticamente do mesmo modo que afetam as configurações espaciais fixas. Processos, que afetam mais diretamente o desenvolvimento local e as atividades culturais que passam a conviver com conflitos constantes sobre a definição de poder monopolista, que é possível que esteja harmonizado com o local e as localidades, constata-se na Região dos Vinhedos a tentativa de entrada de redes hoteleiras de bandeira internacional, e que a ideia de 'cultura' está cada vez mais enredada com as tentativas de reassurar tal

poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintas e irreplicáveis (Facalde & Mandelli, 1999).

Para Harvey (2005), o negócio do vinho está interessado em dinheiro e lucros, mas também envolve culturas em todos os sentidos [da cultura do produto até as práticas culturais que cercam seu consumo e o capital cultural que pode evoluir tanto entre produtores, como entre consumidores] e na incessante busca de rendas monopolistas que impõe a procura de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade em cada um desses domínios. No estudo realizado, o Turismo auxilia a construir um imaginário sobre o território Vale dos Vinhedos, somado ao selo de 'destino de origem' da produção dos vinhos, calcado no *terroir* único só ali materializado. A experiência turística garante a veracidade dessas premissas, como sua reprodução pela construção do imagético poético de uma ambientação calorosa [pelo fogo da lareira], sedutora pela taça de vinho, só possível de ser vivenciada neste território singular.

O **Campo Antropológico**, construído pelo capital simbólico do trabalho na região colonizada pelos imigrantes italianos, em sua reprodução como 'italianeidade', e das relações comunitárias estabelecidas como as festas, cerimônias, trocas de dons, de visitas que não é menos indispensável à existência do grupo do que a reprodução dos fundamentos econômicos de sua existência. O trabalho necessário para dissimular a função das trocas desempenha um papel que não é menos importante do que o trabalho exigido para o cumprimento da função mercantil.

Se for verdade que o intervalo de tempo é o que permite ao dom, ou ao contradom, mostrar e se mostrar como os outros tantos atos inaugurais de generosidade, sem cálculo, sem o valor de troca monetária, observa-se que por um tempo do lúdico, tendem ou pretendem suspender por um tempo o exercício da lei de interesse. Porque ele dissimula, ao estender no tempo, a transação que o contrato racional contém naquele instante, a troca de dons é o único modo de circulação dos bens que pode ser, se não praticado, pelo menos plenamente reconhecido nas sociedades que, segundo a expressão de Lukács (1978), negam *o verdadeiro chão de sua vida*, ao mesmo tempo o único meio de instaurar relações duráveis de reciprocidade, mas também de dominação, o intervalo interposto representando um começo de institucionalização da obrigação.

Este campo está relacionado à vinculação a um grupo, a um conjunto de agentes que são

unidos por laços permanentes e úteis. Essas ligações não se reduzem as relações objetivas de proximidade no espaço físico, econômico ou social, mas se fundam em um relacionamento simbólico, cuja criação e perpetuação decorrem do reconhecimento mútuo entre os agentes. Ligado à ideia de reconhecimento, com elementos singulares da história registrada em símbolos territoriais resistentes à homogeneização do mercado ou do poder estatal, são eles: expressões de arte, práticas de religião, saberes-fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais, gastronomia, expressões da hospitalidade e territórios de exceção, conceito cunhado por Costa (2017), que expressa a potencialidade social de durar ante a opressão histórica do Estado e do capital na ótica da duração espacial. Somam-se às manifestações populares de caráter religioso e profano; as etnias formadoras de populações; a cultura popular, que mais evidencia o presente de cada território; os sentimentos, o imaginário coletivo, o lúdico, enfeixados nos mitos, ritos, arquétipos, crenças e símbolos as visões e manifestação integradas da real representação e significado social da comunidade na conservação, veiculação e revelação dos elos entre o ambiente, cultura, história e vida.

As próprias condições da produção do habitus, necessidade feita virtude, fazem com as antecipações que ele engendra tendam a ignorar a restrição à qual está subordinada a validade de todo o cálculo das probabilidades, a saber, que as condições da experiência não tenham sido modificadas, por meio da necessidade econômica e social que fazem pesar sobre o universo relativamente autônomo da economia doméstica e das relações familiares, ou melhor, por meio das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa [forma de divisão do trabalho entre sexos, universo de objetos, modos de consumo, relações com os parentes, etc.], produzem da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior (Bourdieu, 2011b).

No relato do proprietário de um empreendimento gastronômico, sobre a estrutura de seu negócio - um restaurante com proposta de *slow food* -, implantado na propriedade rural de origem familiar, no Vale dos Vinhedos, a qual estava a venda, pois era improdutiva aos padrões modernos, segundo *habitus* econômicos de lucro de que uma terra deve render para sua família. Comprovando uma mudança no *habitus*, inserido no *campus* econômico local, a nova geração relata da importância de recuperar a memória do território onde está estabelecido o empreendimento como seus elementos culturais: como o velho forno de barro, as receitas culinárias da região, os insumos como salame, queijo, trigo e tomates orgânicos ali produzidos. Símbolos fundamentais para que somados ao conhecimento científico que ele

reporta [formado em Turismo, especialização em Gestão de Negócios, em Gastronomia com especialização na Itália), possibilitaram que seu sonho, para muitos uma loucura, de um projeto de vida mais humano e de um negócio sustentável e cooperativado valorizando seus pares ali historicamente enraizados.

Neste campo antropológico a organização comunitária tem seu sustento na propriedade e na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, através do arranjo de práticas solidárias e democráticas no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com intuito de fomentar encontros interculturais de qualidade com os visitantes é fundamental.

O **Campo Espacial**, entendido como um campo que é um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido no território. Nesse espaço há a oportunidade de reencontros - entre anfitriões e sujeitos da prática turística - e, ampliando sua humanidade, pois os fragmentos da memória do território traz a tona o arcaico, os espaços cósmicos de pessoas que ali viveram, que reproduzidos como práticas de encontros tornam-se espaços sociais, recheados de signos e significados explicativos sobre *seu jeito de ser*. Mesmo inseridos no macrocosmo, pelo processo de globalização, inserção no mercado global causada pelo valor monopolista da viticultura presente na região, resistem a banalização, liquidez, de seus saberes-fazeres. Pois é a forma de recolocar o sujeito no embate direto com 'a coisa', reconstruindo a imagem que continha a ausência da experiência, que um Turismo humanizador pode tecer novos laços de acolhimento no território.

Considerar os fluxos, a partir do turismo, significa não só aprofundar laços com a cultura do lugar onde se vive como vê-lo como espaço qualificado, inclusive, para auto-expressão, na qual se somam identidade e identificação. É necessário priorizar a concepção de um turismo sustentável e humano, definindo claramente o segmento turístico trabalhado, o qual se distancia do turismo de massa, impactante e ilusório, nos processos de desenvolvimento das localidades. Os eixos teóricos desta política partem de uma concepção mais contemporânea e articuladora de vivências locais e globais entre os cidadãos e visitantes, entre fluxos e fixos, resistindo a uma produção espetacularizada, artificial, só para turistas do espaço. Evita-se tratar, tanto visitantes como visitados, como meros expectadores, pois esta postura não incentiva o encontro, nem amplia a hospitalidade local e global.

Para Castrogiovanni (2005), o Espaço Turístico se constitui pelas suas qualidades específicas, que nascem das associações, das combinações, das relações entre os Sujeitos e os elementos que forma[m] o lugar e não de interesses economicistas, muitas vezes individualistas, externos ao lugar. As qualidades do lugar turístico ultrapassam a soma das propriedades de seus constituintes. Essa noção vem ao encontro da noção operatória de campo, pois, se entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada só por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos [econômico, cultural, intelectual, etc.]. O espaço regional, enquanto representação de uma realidade, é campo cultural, social, econômico e político da sociedade que a produz, conseqüentemente, em sua memória territorial está presente o *habitus* construído ao longo do tempo. A denominada Região Vitivinícola da Serra Gaúcha teve, nesta atividade, um dos lócus da acumulação que permitiu a modernização industrial e sua inserção na economia industrial nacional (Facalde & Mandelli, 1999) no espaço até então marcadamente rural.

A qualidade do vinho está associada diretamente à sua origem. E esta origem traz consigo, de um lado, a marca do conhecimento consubstanciada na tecnologia e nos equipamentos utilizados no processo produtivo até chegar ao consumidor e, por outro lado, a marca da origem geográfica dos mesmos. Os produtos vitivinícolas são a expressão do meio geográfico, do cultivar, das práticas vitícolas e dos processos enológicos empregados. “O trabalho interdisciplinar acerca de um espaço e sua definição e/ou delimitação enquanto região pode conduzir a um entendimento parcial ou, com o tempo, a uma visão mais ampla e integral da mesma. Busca-se aqui, com o tempo, uma visão integral do espaço conhecido como Vale dos Vinhedos” (Facalde & Mandelli, 1999, p. 24).

Essa noção vem ao encontro da noção operatória de um campo específico, pois se entende que uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada só por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos [econômico, cultural, intelectual, etc.]. O ecossistema turístico como processo se constitui em um campo de ação, no jogo tensionado entre o local e o global, e vem a configurar uma região turística.

IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO ADVINDAS DAS INCERTEZAS DO TURISMO

O ecossistema turístico como um processo se estrutura, por estruturas estruturantes, ou seja, pelos diferentes campos como o espacial, antropológico, cultural, econômico, dentre outros. O campo turístico em sua totalidade impõe regras de um jogo e desafios específicos irreduzíveis às regras deste jogo, ou aos desafios dos outros campos, ou seja, as formas de produção e reprodução do capital pelo Turismo – neste estudo pelo enoturismo – e a maneira como atuam estes produtores – que influenciam diretamente os empresários do setor do turismo – e a maneira como concebem e reproduzem seus negócios conforme o habitus da região dos vinhedos.

Porque habitus é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade [controlada] produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições históricase socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais (Bourdieu, 2011a). Assim, um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido, no caso deste estudo a construção do ecossistema turístico.

A transposição da noção de campo como quadro teórico-metodológico na construção de uma epistemologia social do turismo desvela a complexidade, e a singularidade do ecossistema que assume uma configuração ímpar em cada território onde se estabelece. Ao estudar a composição dos campos do ecossistema turístico de outra região a análise será completamente distinta, pois se tratarão de um campo de necessidades, interesses, desafios marcados pelo habitus e memória daquele território. No interior de cada um desses ecossistemas existe um movimento perpétuo dos diferentes agentes, em suas ações e reações constantes no jogo de cada campo. Mas qualquer campo só pode funcionar se encontrar agentes dispostos a jogar o jogo em cada um desses domínios, num processo que envolve, sempre, ‘lucros e perdas’. É por isso que entende os investimentos como ‘ilusões bem-fundadas’, que superam os lucros explicitamente visados [salários, preço, recompensa, troféu, título, função] “e fazem com que cada agente saia do anonimato e se afirme como atuante, envolvido pelo jogo, ocupado [...] e dotado de uma missão social”(L.A., 1988, pp. 53-54).

A teoria da prática tem como princípio o sistema das disposições estruturadas e estruturantes

que se constitui na prática e que é sempre orientado para as funções práticas, pois os objetos de conhecimento são construídos, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, abandonando o ponto de vista soberano a partir do qual o idealismo objetivista ordena o mundo a ser obrigado a lhe abandonar 'o aspecto ativo' de sua apreensão ao reduzir o conhecimento a um registro. Para que isso ocorra Marx (1994) indica que se deve situar a reflexão-ação, na 'atividade real como tal', ou seja, na relação prática como o mundo, essa presença pré-ocupada e ativa no mundo pela qual o mundo impõe sua presença, com suas urgências, suas coisas por fazer ou por dizer, suas coisas feitas para serem ditas, que comandam diretamente os gestos ou as palavras sem jamais se revelar como um espetáculo.

Os campos do ecossistema turístico são estruturas estruturantes que permitem acessar as experiências de forma objetiva, momento necessário de ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, para escapar ao realismo soberano que possa conduzir a uma ficção, abstração falsamente considerada como real. O cuidado metodológico requer entender as relações entre os diferentes campos do ecossistema turístico fora da história do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social, para isso, é preciso retornar à prática, lugar da dialética do *opus operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos habitus.

Estes limites da objetividade demarcam os campos do saber e do poder, como espaços sociais diferenciados, construindo uma visão reducionista e unidimensional da relação existente entre saber-poder. Tal visão impõe uma mutilação do real, na qual o outro é uma parte do todo, uma e, portanto, traduzível em produto mercantilizável (Moesch, 2004).

O espaço regional, enquanto representação de uma realidade é campo cultural, espacial, econômico e antropológico da sociedade que a produz, conseqüentemente, em sua memória territorial está presente o habitus construído ao longo do tempo. Os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um campo de produção e circulação relativamente autônomo, a história da transformação do mito em ideologia, por exemplo. Não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos a exemplo da concepção de imagem produzida pelo marketing das localidades - Vale dos Vinhedos -, que reúne natureza e um produto de luxo, uma nova forma de dominação humanidade-natureza que não insere a

concepção de respeito a cultura e aos espaços. Reduzir a ação ao consumo hedonista, atendendo a uma demanda turística construída, segundo ‘o discurso dos especialistas’, acaba por inverter a intencionalidade no uso do campo cultural e antropológico de bem simbólico da beleza e magnitude do local, para bem mercantil de uso de um habitus existente na localidade inserido no ‘gosto’ do mercado global.

O Turismo é uma praxeologia - ou seja, uma ciência, pois possui o estatuto epistemológico de cientificidade, posto que é inegável portadora de um corpo teórico em estabelecimento e uma metodologia de trabalho obedecendo os parâmetros de cientificidade, e, segundo, que é uma disciplina humana, porque toma por objeto de análise metódica e sistemática fenômenos humano-sociais em suas mais diversificadas manifestações no tempo e espaço. “Enquanto teorias desse conjunto de fenômenos humano-sociais, que podemos expressar pelo termo de ação humana, essas disciplinas são praxeologias. Se pudesse inventar uma expressão, chamá-las-íamos de tecnocientopráticas” (Japiassú, 2002, p. 135).

Concretamente, pretende-se uma teoria da ação que possibilite melhor compreensão das implicações de um objeto interdisciplinar e complexo, como o Turismo em sua concepção ecossistêmica, e, em sua ação nos territórios, quando essa ação tem como objetivo desenvolver o Turismo como processo inclusivo, integrador, e de base local. A compreensão do Turismo perpassa pelo entendimento de como se constituem as relações sociais e as relações humanidade - natureza-cultura em determinados territórios, muito anteriores as estruturas estruturantes determinantes da relação mercadológica que se estabelece pela chegada do Turismo, evitando a transformação da cultura em *commodities*.

Somar com a teorização desta experiência trazendo a essa resistência localista a visibilização das pulsações criativas destes atores dos diferentes campos de novos processos socio-econômicos estabelecidos em territorios embrenhados de memórias afetivas e identidades reconstruídas, que por parte de seus atores resistem por um Turismo mais humanizado evitando tornarem-se *commodities* culturais. Somado-se assim a *ideias para adiar o fim do mundo* (Krenak,2020) foi importante viver a experiência de nossa circularidade pelo mundo, gratidão aos meus ancestrais.

REFERÊNCIAS

Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac.

- Beni, M. C., & Moesch, M. M. (2017). A Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo. *Turismo: Visão e Ação*, 19(3), 430-457. [Link](#)
- Binfaré, P. W., & Sonaglio, K. E. (2015). O Sistema de Turismo e sua possível ressignificação a partir da Teoria da Complexidade. *Anais... XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. [Link](#)
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas - sobre a teoria da ação*. Capinas-SP: Papyrus.
- Bourdieu, P.(2011a). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011b). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2011c). *O senso prático*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Bruyne, P. de. (1977). *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Capra, F. (1997). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- Castrogiovanni, A. C. (2005). *A geografia do espaço turístico como construção complexa da comunicação*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Brasil].
- Castrogiovanni, A. C. (2013). Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 5(3), 377-389.[Link](#)
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia*, 26(2), 53-75. [Link](#)
- Facalde, I., & Mandelli, F. (org.) (1999). *Vale dos Vinhedos caracterização geográfica da região*. Caxias do Sul: Educus, Embrapa.
- Fuster, F. (1974). *Introdução a técnica e teoria del Turismo*. Madrid: Nacional.
- Jafari, J. (1994). La cientificación del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 3(1), 7-36. [Link](#)
- Japiassu, H. (2002). *Introdução as ciências humanas*. São Paulo: Letras &Letras.
- Japiassu, H. (2006). *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Kosik, K. (1976). *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lukács, G. (1978). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Ciências Humanas. [Link](#)
- Martins, C. (2002). Sobre a noção da prática. *Novos Estudos*, 62,163-181.[Link](#)
- Marx, K. (1994). *Do capital: Para a crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Abril.

- Maturana, R. H., & Varela, F. J. (1997). *De máquinas e seres vivos: autopoiese e a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Miceli, S. (2001). A condição do trabalho intelectual (comentários). In: A. Catani & P. H. Martinez. (orgs.), *Sete ensaios sobre o Collège de France* (pp. 105-119). São Paulo: Cortez.
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Aleph.
- Moesch, M. (2004). *Epistemologia social do turismo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Moesch, M. (2018). *Construção de um modelo explicativo ecossistêmico do turismo como fenômeno complexo*. Relatório final do projeto de pesquisa – estágio pós-doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Morin, E. (2001a). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa.
- Morin, E. (2001b). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2002). *O método I: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, B. S. (2011). *A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência para um novo senso comum*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Tribe, J. (1997). *Corporate strategy for tourism*. International Thomson Business Press.
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.

NOTA

ⁱ <https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo>

PROCESSO EDITORIAL

Autora convidada.